

# Possibilidades de conexão

Michel Foucault, relações de gênero e estudos *queer*

*Possibilities of connection: Michel Foucault,  
gender relations and queer studies*

**Fábio Henrique Lopes**

*Professor do Departamento de História e do Programa  
de Pós-Graduação em História da UFRRJ  
lopesfh30@uol.com.br*

06

## Resumo

O objetivo deste artigo é explorar possíveis conexões entre algumas proposições de Michel Foucault, sobretudo aquelas em torno dos modos de subjetivação e da biopolítica, com os Estudos de Gênero e os Estudos *Queer*. Para isso, o ponto de partida é constituído pelas reflexões da pesquisa intitulada “Travestilidade e ditadura civil-militar. Violências, repressão e censura no Rio de Janeiro”, a qual busca investigar e analisar as experiências constituintes de subjetividades travestis durante a ditadura civil-militar brasileira, evidenciando como o sujeito “travesti” pôde ser historicamente fabricado nas teias da violência.

Palavras-chave: Michel Foucault, Relações de Gênero, Estudos *Queer* e Travestilidades.

## Abstract

The objective of this article is to explore the possible connections between some of Michel Foucault's propositions, especially those concerning modes of subjectivity and biopolitics, with the studies of Gender and Queer Studies. For this, the starting point is constituted by the reflections of the research entitled “Travestilidade and civil-military dictatorship. Violence, repression and censorship in Rio de Janeiro”, which seeks to investigate and analyze the constituent experiences of transvestite subjectivities during the Brazilian civil-military dictatorship, evidencing how the transvestite subject could be historically fabricated in the tissue of violence.

Keywords: Michel Foucault, Gender Relations, Queer Studies, Travestilities.

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.  
Nesse ponto sou abastado.  
Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.  
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas,  
que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,  
que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.  
Perdoai.  
Mas eu preciso ser Outros.  
Eu penso renovar o homem usando borboletas.

Manoel de Barros

*“estou convencida de que o queer está enredado com o pensamento de Michel Foucault” ... “são muitos os elementos dos escritos foucaultianos que se poderia perceber enredados no movimento queer”.* Com essas afirmações, Guacira Lopes Louro (2009, p. 136 e 137) sugere que várias proposições do filósofo francês constituem *“condições de possibilidade para a construção de um modo queer de ser e de pensar”*. Como base de seu argumento, a autora ainda acrescenta que os estudos *queer* se vinculam a vertentes do pensamento contemporâneo que problematizam noções clássicas de sujeito, de identidades e de agência. Por concordar com Louro, proponho reflexão sobre uma dessas vertentes, aquela constituída pelas problematizações de Michel Foucault.

Ao longo de seu texto, Louro fornece pistas para pensarmos as conexões entre Foucault e os estudos *queer*, entre elas: as noções de poder e resistência; o potencial subversivo da ironia e do humor; a paródia da feminilidade em *drag queens*; a noção de sequências e normas regulatórias da sociedade; a constituição do domínio da abjeção; o potencial crítico e desconstrutivo da normatização/naturalização dos gêneros; a não naturalidade da heterossexualidade; a heteronormatividade, bem como os discursos que fizeram com que essa se constituísse historicamente em uma verdade única e universal.

Richard Miskolci (2009b) também aceitou o desafio de refletir sobre afinidades e tensões entre a Teoria *Queer* e a obra de Michel Foucault. Ao longo de seu texto, Miskolci identifica possíveis incorporações, seletivas e diferenciadas, das proposições foucaultianas, sobretudo a analítica da normalização. Em suas palavras:

Em comum, tanto Foucault quanto os *queer* enfatizam a maneira como o poder opera por meio da adesão dos próprios sujeitos às normas sociais. Ao invés de reprimidos, constrangidos ou vitimizados, mostram como os sujeitos costumam participar da ordem que os subjuga em uma forma de análise mais sofisticada e menos compassiva para com aqueles que se ‘apaixonam’ pelo poder (MISKOLCI, 2009b, p. 325).

Como fio condutor de sua reflexão, Miskolci destaca: o projeto inicial da *História da Sexualidade*, sobretudo o dispositivo da sexualidade, inserindo o desejo em um regime de verdade; a associação entre sexo, subjetividade e verdade; a centralidade do desejo como meio de acesso à verdade do sujeito; formas de resistência focadas em corpos e prazeres. Como desdobramento desta primeira parte do texto, o autor focaliza as implicações do pânico sexual da AIDS, na segunda metade da década de 1980, o qual possibilitou a marcação da população por meio de políticas de saúde centradas no controle e na testagem. Por fim, Miskolci destacou o ponto de partida do empreendimento intelectual *queer*, no início da década de 1990, ou seja, a defesa de o binário hetero/homossexualidade não se tratar de uma verdadeira oposição, mas um único sistema interdependente, com o objetivo de reinscrever incessantemente uma hierarquia que privilegia e reitera a ordem heterossexual, desprezando e subordinando sujeitos homo-orientados. Assim, o foco *queer* na heteronormatividade foi ressaltado, bem como a relação intrínseca entre a norma heterossexual e a formação de sujeitos abjetos.

Na esteira aberto por Louro e Miskolci, e a partir de minhas pesquisas sobre travestilidades, proponho explorar possíveis conexões

entre algumas ideias de Michel Foucault, os Estudos de Gênero e o *Queer*. Dessa maneira, posso esboçar meu lugar de fala, não fixo ou estático, apresentando alguns fundamentos teóricos de minha pesquisa intitulada “Travestilidade e ditadura civil-militar. Violências, repressão e censura no Rio de Janeiro”<sup>1</sup>. Faz-se importante esclarecer que o objetivo não é refletir sobre as conexões diretas de algumas/alguns pesquisadoras/es aqui citadas/os e lembradas/os com a “abordagem foucaultiana”, tal empreitada exigiria fôlego e direcionamento diferentes daquele aqui proposto.

## Relações de gênero

Existiriam maneiras diferenciadas, em relação ao gênero, de usar, de pensar e de conceber a violência durante a repressão política-moral e a censura? Como se estabelecem as relações de gênero nos casos de violência, perseguição e censura contra as travestis? A utilização da violência ajudaria a manter hierarquias em uma sociedade cisheteronormativa, machista e misógina? No uso das violências, quais as redes de poder instituintes das e nas noções de masculino e de feminino, bem como de heterossexualidade e travestilidade? Quais os exercícios, as estratégias e disputas de poder e de dominação nas práticas e discursos sobre a violência? A violência forneceria dados sobre as históricas condições masculinas, femininas, heterossexistas e travestis em um dado espaço social e recorte temporal? Quais as especificidades dessa sofisticada rede e aparato institucional de violência contra gays, lésbicas e travestis? Como tal aparato afetou a vida das chamadas “pessoas LGBTs”?

Direta ou indiretamente, todas as questões acima estão relacionadas ao gênero, à diferenciação, à assimetria e/ou à descontinuidade entre sexo, corpo, natureza e gênero, à constituição  $\frac{3}{4}$  social, histórica e cultural  $\frac{3}{4}$  dos masculinos e femininos, daquilo que pertenceria à esfera masculina *ou* à feminina. São possíveis porque partem do princípio de que o gênero não é natural e/ou biológico, não é de definição transcen-

---

<sup>1</sup> Pesquisa ainda em desenvolvimento, financiada pelo CNPq, bolsa produtividade.

dente ou divina, tampouco trans-histórica. Pelo contrário, os gêneros, suas normas, marcadores, hierarquias e identidades são constructos, são forjados, praticados e repetidos no social, no cultural, no cotidiano e no temporal. Ao mesmo tempo, como indica Linda Nicholson (2000, p. 10), *“sexo não é aquilo que fica fora da cultura e da história, como uma suposta instância pré-discursiva”*.

Na mesma direção, convém lembrar as ponderações de Judith Butler acerca das contribuições de Foucault. De acordo com ela:

não há ‘sexo’ do qual uma lei que vem de fora se ocupa... a regulação do “sexo” não acha nenhum sexo ali, externo à sua própria regulação; a regulação produz o objeto que vem a regular... Não há um intervalo temporal entre a produção e a regulação do sexo; elas ocorrem ao mesmo tempo, pois a regulação é sempre geradora, produzindo o objeto que ela alega apenas descobrir ou encontrar no campo social e que opera (BUTLER, 2008, p. 96).

No mesmo debate, Berenice Bento salienta que não existe um processo específico para a constituição das identidades de gênero (2004, p. 144). Portanto, o gênero só existiria na prática, na experiência. Ainda segunda a autora, em reflexão importante para este artigo, pois remete às práticas recorrentes entre as travestis, o ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, o uso de acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporais são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Seguindo a mesma trilha, Louro (2009, p. 138) evidencia o caráter imitativo dos gêneros, os diversos modos de desnaturalizar a ligação, a continuidade e a consequência entre sexo, gênero e sexualidade.

Entre as abordagens e os Estudos de Gênero que permitem minhas problematizações e pesquisas, destaco, em primeiro lugar, o estudo de Joan Scott. Segundo essa reconhecida pesquisadora, o gênero indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Além dessa,

outras proposições tecidas por Scott ajudam a problematizar a trama travestilidade-ditadura-violência-repressão-censura, entre elas: a recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino; o aspecto relacional do gênero, ou seja, masculino e feminino não podem ser estudados e/ou pensados separadamente; a atenção aos modos como as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência, pois, como observou a autora, “*sem o sentido não há experiência, sem o processo de significação não há sentido*” e, por fim, mas não menos importante, o destaque dado ao gênero como modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 11).

Em seguida, os diversos estudos de Rachel Soihet (1997), Margareth Rago (1995, 1998, 2014), Tânia Swain (2002), Maria Izilda Santos de Matos (1998), Joana Pedro (2007, 2011), Durval Muniz Albuquerque Júnior (2003), entre outros, também oferecem pistas para o trabalho com essa perspectiva teórica. Segundo estes/as pesquisadores/as, o termo *gênero* tem sido usado para: teorizar a questão da diferença sexual; explorar a distinção sexo/gênero; negar o caráter fixo e permanente da oposição binária (masculino *versus* feminino); evidenciar as diferenças criadas e percebidas em distintos lugares e culturas; abrir espaço e fornecer instrumentos para entender que as subjetividades são históricas e não naturais; indicar que as identidades não são fixas e imutáveis, mas sim múltiplas e nômades; examinar as maneiras pelas quais os significados de gênero variam de cultura para cultura, e como se modificam dentro de uma mesma cultura através do tempo; desnaturalizar as diferenças e denunciar as relações, estratégias e estruturas de dominação e de poder. Assim, é possível levar em conta a dimensão sexualizada ou “engendrada” (*engendered*) das práticas sociais e das experiências em torno da trama travestilidade-ditadura-violência-repressão-censura.

Ainda sobre o gênero, e mesmo correndo os riscos reducionistas de todo mapeamento, ousou afirmar que os trabalhos consultados sobre a temática central de minha pesquisa sugerem que as travestis promovem desconforto pela ambiguidade das performances de gênero;

muitas travestis não optam pela operação de mudança de sexo para tirar proveito disso nas negociações sexuais; a androgenia desestabiliza as representações padronizadas do masculino e do feminino; elas evocam a beleza, a graça e o estilo clássicos de uma feminilidade heterossexual; abalam as marcas e representações do gênero tradicionais de masculinidade e feminilidade; embora busquem um feminino, projetam e sustentam performances masculinas; esgarçam as categorias rígidas de gênero; põem em xeque a vinculação direta entre gênero, sexualidade e subjetividade (BENTO, 2004, p. 152); podem desfazer a leitura binária dos corpos, fundamento da matriz heterossexual; demonstram em suas experiências de vida que as identidades de gênero não são determinadas pela existência de um pênis ou de uma vagina (BENTO, 2004, p. 163). Logo, parafraseando Butler (2003, p. 20), posso sugerir que se alguém “é” uma travesti, isso certamente não é tudo o que esse alguém é!

Voltando à conexão do gênero com minha pesquisa atual, posso afirmar que contamos com vastíssima bibliografia brasileira sobre as violências, os diversos meios de repressão, as incontáveis prisões, os desaparecimentos, os assassinatos e traumas que atingiram nossa sociedade ao longo dos anos 60 a 80 do século XX. Mas eu pergunto: as experiências, as trajetórias e o legado são mesmos para homens e mulheres? Homens e mulheres foram afetados da mesma forma, a partir das mesmas estratégias, dispositivos e com a mesma intensidade?

Contamos, também, com estudos que demonstram as especificidades de gênero na prática da violência durante a Ditadura no Brasil<sup>2</sup>. Nas palavras de Susel Rosa (2015, p. 311),

para a Ditadura, as mulheres militantes encarnavam um papel duplamente transgressor: transgrediam enquanto agentes políticos ao se insurgirem contra a ditadura e transgrediam

---

<sup>2</sup> Ver: ROSA, 2013 e 2015; RAGO, 2013; PINTO, 2003; WOLFE, 2007; COLLING, 1997.

ao romper com os padrões tradicionais de gênero ao ocupar o espaço público e a arena política.

Como sugerem diversas pesquisadoras, contra as mulheres foram entrelaçados o público, o privado, o íntimo e o corpo. O corpo entrou em jogo por uma especificidade, a do sexo e a do gênero. Muitas mulheres foram torturadas, violentadas, estupradas por serem mulheres, mulheres-militantes, mulheres-subversivas. Ainda segundo Rosa (2015, p. 312) “torturar através do estupro, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais foram técnicas sistematicamente utilizadas contra as mulheres, desde o momento da prisão até a sala de torturas”.

Em certo sentido, nas brechas possibilitadas pelas pesquisadoras feministas brasileiras, o meu desafio é analisar e debater, em pesquisa ainda não concluída, diferentes e específicas facetas das violações dos direitos cometidos contra as travestis que viviam no Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar. Assim, parafraseando Renan Quinalha (2014, p. 248) será possível dar visibilidade a uma categoria de vítimas afetadas pela ação repressiva do Estado, as travestis, que fora, até pouco tempo, invisibilizadas, inclusive pelos trabalhos acadêmicos.

Em menor número, também contamos com uma produção bibliográfica recente, dos últimos cinco anos, que identifica e analisa a repressão política, as perseguições, prisões e violências contra gays e travestis ao longo da Ditadura, sobretudo depois do estado de exceção determinado pelo AI-5 (Ato Institucional-5). No que diz respeito aos estudos que cruzam a Ditadura civil-militar brasileira com as homossexualidades, em primeiro plano, e com a travestilidade, indiretamente, destaco a coletânea *Ditadura e homossexualidade* (GREEN, QUINALHA, 2014).

Na esteira desses trabalhos, entendo e concordo que as perseguições, prisões, insultos, ódio e abjeção conformam um sofisticado mecanismo de violência heterocentrada contra gays e travestis, articulando gênero, sexualidades e subjetividades. Hoje, já sabemos que gays, lésbicas e travestis foram perseguidos, presos, torturados, perderem

seus empregos ao longo das décadas de 1960 a 1980. Contudo, pergunto: teria a Ditadura perseguido e discriminado pessoas a partir e por causa de suas identidades de gênero e orientações sexuais? Em que medida a intersecção do gênero com as sexualidades pode complexificar nosso debate sobre as ditaduras e o legado da violência política?

No que diz respeito às travestis, uma resposta se cristalizou e se repete: elas não fizeram oposição ao golpe e à ditadura! Elas seriam alienadas, pois não participaram do movimento estudantil, dos sindicatos, dos partidos políticos e dos grupos de esquerda. Ainda é possível encontrar insinuações do tipo: elas estavam preocupadas apenas com seus espetáculos, em dançar, rebolar, em fazer strip-tease, em seduzir seus homens, buscavam transitar em espaços sociais até então hermeticamente fechados, inventando formas outras de viver e expressar seus desejos e prazeres, logo não faziam ou participavam da política! Seriam sujeitos da vida privada, não da pública. Contudo, a partir da invenção histórica da travestilidade como modo de ser e de viver, devo indagar: as recriações de si, a experimentação de novas formas de vida, a recusa em admitir leis que dizem o que somos e devemos ser, a modelagem de corpos, sexualidades e prazeres, a busca de outra forma desejada de existência não seriam práticas políticas?

Defendo que o início da década de 1960 é momento de criação de históricas vulnerabilidades, de específicas discriminações, muitas delas agenciadas e apropriadas como álibis para agressões, hostilidades e ódio, maximizadas não só pelo golpe, como pelo regime militar, em seus vários momentos - e não exclusivamente pela direita golpista! É sabido que mesmo antes do golpe civil-militar e da estruturação da Ditadura a chamada sociedade brasileira era marcada pelo tradicionalismo religioso e moral (FICO, 2014, p. 16), mas os defensores do golpe, do regime, da ordem pública, dos valores morais e da família se apropriaram, usaram e ressignificaram sentidos de abjeção, ódio e hostilidades que negativam outras e novas formas de expressão das sexualidades, para além daquelas historicamente naturalizadas como normais e coerentes.

Como se percebe, com a análise das regras, dos protocolos, das normas do gênero, seus jogos e estratégias de naturalização, torna-se possível identificar e analisar as subversões, as paródias, as dissidências, as desobediências e as desestabilizações do gênero. Afinal, como destaca Butler (2003, p. 20) “o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.” Para explorar e complexificar tais considerações em torno do gênero, recorro aos estudos *queer*.

## Estudos *Queer*

os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* vêm promovendo uma nova articulação entre os sujeitos e objetos do conhecimento. Não são apenas novos temas ou novas questões que têm sido levantadas. É muito mais do que isso. Há algumas décadas os movimentos e grupos ligados a esses campos vêm provocando importantes transformações que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento. Desafiando o monopólio masculino, heterossexual e branco da Ciência, das Artes, ou da Lei, as chamadas minorias se afirmam e se autorizam a falar sobre sexualidade, gênero, cultura. Novas questões são colocadas a partir de suas experiências e de suas histórias; noções consagradas de ética e estética são perturbadas.

Guacira Louro (2004, p. 24)

Seria impossível nos limites desse artigo apresentar uma vasta discussão em torno das teorias e das políticas *queer*. Por isso, a ideia é indicar algumas desestabilizações, propostas e críticas oferecidas e possibilitadas pelos estudos *queer*, sobretudo aqueles desenvolvidos por brasileiros/as, que contribuem e, de certa maneira, forjam as problematizações de minha atual pesquisa. De início, devo reconhecer

ressonância e determinadas apropriações de estudos desenvolvidos por determinados/as pesquisadores/as, entre eles cito os de Guacira Lopes Louro, Sérgio Carrara e Richard Miskolci.

O horizonte, ou quadro maior das propostas e reivindicações dos estudos *queer* pode assim ser esboçado e articulado: implosão dos binarismos; desestabilização das formas institucionalizadas de gênero; críticas à heterossexualização da sociedade, à heterossexualidade compulsória, à prescrição da heterossexualidade como modelo social (MISLKOŁCI, 2009b); desgnerificação do corpo; diferentes formas e distintas performances de gênero – inclusive aquelas que não seriam talvez nem masculinas nem femininas e tampouco o plural de um binarismo (outras masculinidades), isto é, cenas em que a sexualidade não pode ser pensada/vivida atada aos cânones de gênero (POCAHY, 2011, p. 53); foco nas sexualidades dissidentes; destaque ao desafio não apenas em assumir que as posições de gênero e sexualidade se multiplicaram e escaparam dos esquemas binários - mas também em admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2001, p. 541); crítica às posições engessadas de determinados segmentos da política de identidade que ainda defende um caráter unificador e assimilacionista (PRECIADO, 2004, p. 64), ou ainda “*crítica geral dos efeitos de normalização e naturalização que acompanham toda política de identidade*” (PRECIADO, 2004, p. 49); compreensão da sexualidade como um dispositivo histórico do poder e o destaque para a prática de tornar visível a experiência de alguém invisibilizado socialmente, ou melhor, de uma identidade marcada como abjeta e/ou estigmatizada (PINO, 2007); disposição de imaginar mundos com gêneros alternativos. Neste sentido, é importante destacar as palavras de Louro (2001, p. 544), para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada. Mais do que diferentes prioridades políticas defendidas pelos vários ‘sub-grupos’, o que estava sendo posto em xeque era a concepção da identidade homossexual unificada. É possível afirmar que os estudos

*queer* identificam limites da política da identidade, ao mesmo tempo, repensam as construções ontológicas de identidades políticas estáveis.

Sérgio Carrara e Júlio Assis Simões (2007, p. 76 – 77) afirmam que não se pode traduzir *queer* como sinônimo de homossexual, uma vez que a expressão se referia particularmente a homens que transgrediam as convenções de gênero (“afeminado”, como se diz no Brasil), podendo potencialmente recobrir uma gama ainda mais extensa de práticas e identidades na base das hierarquias de sexo e de gênero... a teoria *queer* se caracterizaria por um antiessencialismo radical e pela recusa ao fechamento identitário no plano da orientação sexual e do gênero. Daí talvez o caráter estratégico que estados “inter” e/ou “trans” (intersexuais, travestis, transexuais e transgêneros) assumem para essa teoria.

Em diálogo com os/as autores/as citados/as, vamos entender um pouco melhor o que seria *queer*. Praticamente todos/as os/as indicam que a partir de meados da década de 1980 o termo foi apropriado nos EUA. A palavra pode ser traduzida por bizarro, estranho, excêntrico, anormal, como também por uma série de xingamentos dirigidos àqueles/as que transgridem as convenções de sexualidade e de gênero (MILSKOLCI, SIMÕES, 2007, p.9). Ao mesmo tempo, *queer* pode também designar alguém ou algo desestabilizador, “um jeito transgressivo de estar no mundo e de pensar o mundo” (LOURO, 2009, p. 135). Logo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, esse termo é assumido, como salienta Louro (2001, p. 546), por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Assim, *queer* significa colocar-se contra a normalização e seu alvo é a heteronormatividade compulsória da sociedade (idem). Ainda de acordo com Louro (2009, p. 135) o termo *queer*, em inglês seria uma expressão pejorativa atribuída a todo sujeito não-heterossexual. Equivaleria a “bicha”, “viado”, “sapatão”. Um insulto que, repetido à exaustão, acabou sendo deslocado desse local desprezível, foi revertido e assumido, afirmativamente, por militantes e estudiosos. No mesmo sentido, Beatriz Preciado (2004, p. 49 e 51) lembra que “os movimentos *queer* representam o transbordamento da própria identidade homos-

*sexual por suas margens: viados, maricas, boiolas, transgêneros, putas, gays e lésbicas deficientes, lésbicas negras e chicanas, e um interminável etc.” e ainda que “se reapropriam desta injúria para se opor justamente às políticas de integração e de assimilação do movimento gay”.*

Judith Butler é uma das autoras mais lembradas nos trabalhos *queer*, a qual destaca o caráter performativo do gênero. Para ela,

a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia(...) as normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mas especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2001, p. 154).

Outra proposta de Butler útil para os objetivos de minha pesquisa é entender os corpos abjetos, aqueles que não têm lugar como ser na ontologia fabricada pela matriz heterossexual, aqueles que não se referenciam nos ideais hegemônicos heterossexista, logo, não têm relevância político-social. Como ela afirma:

(...) são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcaram um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória (BUTLER, 2001, p. 154).

Seguindo tal referência, é possível afirmar que historicamente as travestis foram forjadas e apresentadas como seres abjetos, considerados próprios das zonas invisíveis e inabitáveis, onde estariam os que não são adequadamente generificados (SIQUEIRA, 2009, p. 326). Elas desafiam a pretensão à naturalidade e à originalidade da matriz heterossexual.

Ainda sobre a abjeção travesti, lembro as palavras de Peres (2012, p. 541), para qual a abjeção se incumbe da desapareição de qualquer reconhecimento ou direito que um ser humano possa ter por inexistir para a inteligibilidade lógica das compreensões normativas, ou seja, sem visibilidade não é reconhecido como sujeito, se não é sujeito não existe, logo não pode ser tomado como ser de direitos. Esta seria uma pista possível para identificar a aproximação, e por que não apropriação, entre estudos realizados por Foucault sobre os anormais, os infames, a busca por um verdadeiro sexo e as propostas *queer*.

Dessa maneira não é forçoso indicar que uma das contribuições iniciais dos estudos *queer* é desconfiar da suposição de que o termo “travesti” (ou “homossexual”) denote uma identidade comum, abrindo, com este tipo de questionamento, espaço para múltiplos significados e diversas experiências históricas (Butler, 2003). Outra possível indagação das teorias *queer* é avaliar em que medida a categoria “travesti” só alcança inteligibilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual, está última historicamente delimitada.

Ainda sobre a articulação Gênero e Queer é importante destacar, de forma geral, que sociólogos, antropólogos, pedagogos, profissionais da saúde, sobretudo os da saúde mental e, em menor número, historiadores/as produzem conhecimento e reflexão em torno da travestilidade. Diferentes abordagens e uma variedade de fontes são focalizadas e exploradas. Contextos sociais, culturais e históricos são evidenciados, mapeados e articulados para produzir respostas a uma gama também variada de objetivos. Contudo, poucos trabalhos focalizam as historicidades, a constituição histórica das relações consigo mesmo, das subjetividades travestis, transexuais e transgêneros. Em pesquisa anterior, constatei que poucos trabalhos focalizaram as experiências em torna das violências para analisar como travestis idosas constituem ou constituíram para si novas subjetividades, novas relações de si para consigo (LOPES, 2014).

Defendo que em relação à periodização da vida, a bibliografia destaca sobretudo a chamada juventude ou vida adulta. Os trabalhos

em torno das travestis jovens e adultas versam sobre a prostituição (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2004; ARAUJO JUNIOR, 2006); saúde e doença (BORBA, 2008; CARVALHO, 2011); violências e morte (CARDOZO, 2009; KULICK, 2008; GARCIA, 2007; CARRARA e VIANNA, 2006 e 2004; PELÚCIO, 2005; PERES, 2004); modificações corporais, beleza e moda (LEITE JÚNIOR, 2011; BENEDETTI, 2005); escolha de nomes femininos, apresentação de si e identidades (BORBA, 2011); reivindicações e atuação políticas (PERES, 2005); cartografias de espaços públicos (SILVA, 1993; GREEN, 2000; CÓRDOVA, 2006); viagens e trabalho na Europa (SILVA, 1993; TEIXEIRA, 2008; SIQUEIRA, 2009); convívio e tensões familiares (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; SIQUEIRA, 2009).

No que diz respeito à bibliografia consultada, ressalto algumas tendências: a travestilidade foi abordada na fluidez das representações sociais do masculino e do feminino (SILVA 1993, 1996); ressonâncias do feminismo da década de 1970 foram sublinhadas, pois atingira, mesmo que tangencialmente, a visibilidade das travestis (MACRAE 1990; SILVA 1993; GREEN 2000; SIQUEIRA 2004). Praticamente todos/as autores/as reconheceram a complexidade da cultura travestis, de suas experiências, de suas subjetividades, de seus desejos, de suas imagens e de seus conflitos.

A proposta para pesquisa é complexificar e embaralhar a lógica binária na constituição de subjetividades travestis durante a Ditadura brasileira. Se eu posso identificar subversão das normas do gênero na invenção e na disputa de significados, não posso negar reiterações da heteronormatividade. Nos processos de subjetivação, de construção histórica e cultural do sujeito travesti, há contestação das regras sociais de gênero, mas também assimilações na produção de inteligibilidades. Ressignificação, mas também reencontros e trocas. As considerações de Borba (2011) podem reforçar meu argumento. Para ele, ao moldar seus corpos com símbolos da feminilidade as travestis transformam, transgridem e transcendem suas marcas identitárias masculinas na construção de sua feminilidade. Ao manipular as formas masculinas de seus corpos, as travestis incorporam significados polimorfos que são

perpetuados social e linguisticamente (BORBA, 2011, p. 191-192). No entanto, ao adotar signos corporais e simbólicos ligados à feminilidade hegemônica, as travestis não necessariamente subvertem a norma, mas a ela se submetem, pois gastam horas de seu dia e muito dinheiro na formatação de um corpo com marcas de gênero que nos remetem a uma feminilidade burguesa (idem, p. 195).

Não posso deixar de sublinhar uma tendência nos estudos sobre o tema, a de focalizar e de estudar as transformações do corpo, a produção de uma desejada subjetividade feminina. Como diz Siqueira, é fundamentalmente no (e através dele) corpo e na constituição de uma corporalidade que uma pessoa “se torna” travesti (2009, p. 326). No mesmo sentido, Benedetti indica que “o corpo da travesti é, sobretudo, uma linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem a pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos” (2005, p. 55). Não devemos esquecer, contudo, que este corpo é portador de historicidade, já que, como bem observou Siqueira, o corpo travesti tem como referência os padrões estéticos de uma determinada sociedade, cultura e camada social da qual são oriundas (2009, p. 329). Desafios que articulam, sem dúvida, a constituição de sujeitos, de subjetividades, históricos modos de ser, jogos de verdade e de poder.

## Subjetivação

Atualmente, quando se faz história atemo-nos a esse sujeito de conhecimento, a este sujeito da representação, como ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece. Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.

Michel Foucault (1999, p. 10)

É preciso sublinhar a importância de inúmeras proposições de Michel Foucault para minha pesquisa. Seria impossível apresentar nas breves páginas deste artigo todas as apropriações, ressonâncias e diálogos com o filósofo francês. Por isso, destaco, neste momento, o que diz respeito à constituição do sujeito.

Depois de oferecer uma série de análises em torno dos domínios do saber e das relações de poder, Foucault surpreende focalizando um novo eixo, o do sujeito. Nas palavras de Francisco Ortega (1999, p. 44), *“se em seus últimos trabalhos Foucault fala do sujeito, não se trata do sujeito epistêmico ou genealógico, mas de um sujeito ético, constituído através de práticas de si”*. Nesta última fase de seu pensamento, o filósofo francês propõe uma série de análises, nas quais a preocupação é com a ética, com o que rompe as fronteiras das morais vigentes e leva o sujeito a se transformar, estilizando sua existência e suas resistências. Foucault busca refletir sobre a elaboração de uma relação não normatizada consigo, como alternativa às estratégias de subjetivação do poder disciplinar. Assim, o indivíduo passaria a possuir a capacidade de efetuar determinadas operações sobre si para se transformar e constituir para si uma forma desejada e possível de existência. Nas palavras de Salma Muchail, dentro deste enfoque, a perspectiva que ele privilegia não é a dos códigos morais, jurídicos ou religiosos ou das leis definidoras do que é permitido ou interdito, mas a da conduta individual, do modo de comportar-se ou das posições face a códigos e leis, daquilo enfim, que Foucault chama *“práticas de si”, “técnicas da vida”, “artes da existência”* (MUCHAIL, 1992, p. 11).

Dessa maneira, a atenção se centraliza nos modos através dos quais os indivíduos se produzem e são produzidos numa determinada sociedade-tempo, na constituição do sujeito, nas formas de sujeição e incorporação da(s) norma(s), bem como nas resistências, mudanças, reelaborações, rupturas, linhas de fuga e novas-outras formas da subjetivação.

Nesse sentido, faz-se necessário salientar que Foucault chama de subjetivação *“o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mas exatamente de uma subjetividade, que não é senão uma das possi-*

*bilidades dadas de organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 1996, p.706). Ainda a esse respeito, ao explicar a maneira como Foucault emprega a palavra subjetivação, Deleuze afirma que para Foucault “*trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder, bem como se furta ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles*” (DELEUZE, 1992, p. 116).*

A esse respeito, a historiadora Margareth Rago (1995) salienta que para dar conta da constituição do sujeito enquanto objeto e enquanto sujeito na cultura ocidental, Foucault estudou o poder e as disciplinas, a produção da verdade e os saberes; as práticas de si e as formas de subjetivação. Assim, novas problematizações tornam-se possíveis, entre elas: por meio de que processos, recursos e possibilidades o indivíduo se reconhece como sujeito? Como se dá o reconhecimento e os discursos de si? Como o sujeito foi estabelecido, e se constituiu, em diferentes momentos e em diferentes contextos institucionais, como objeto de conhecimento possível, desejável ou até mesmo indispensável?

Tais questões são pertinentes para minha pesquisa, sobretudo, por duas razões. Em primeiro lugar, porque estão atreladas à ideia de que os sujeitos não preexistem para, em seguida, entrarem em combate ou em harmonia. Em seguida, porque a busca não deve ser a de “simplesmente” denunciar a violência das identidades instituídas de raça, de gênero, de classe social etc. Depois das diversas problematizações de Foucault, sabemos que não basta liberar o que se supõe sufocado e reprimido! Afinal, o próprio reprimido e sufocado foi produzido pelos dispositivos disciplinares e biopolíticos. É preciso, portanto, buscar e definir um “modo de vida”, um certo e histórico modo de ser. Dessa maneira, o que Foucault propõe é o desejo de criar todo um tecido relacional mais rico, intenso e plural. Não seria essa também uma das propostas e das potencialidades políticas do movimento *queer*?

Mais uma vez, o que está em jogo é o lugar e as lutas entre saberes e discursos (políticos, religiosos, médicos, burgueses, brancos e masculinos) que esquadrinham todo o tecido social, inclusive vários aspectos da vida privada e cotidiana, assujeitando, normatizando e normalizando,

não conseguindo impedir as resistências, as escritas de si, o ocupar-se de si, as atividades consagradas a si (FOUCAULT, 1985, p. 56-57).

Por fim, uma última referência a ser destacada, o dispositivo disciplinar e o dispositivo da sexualidade. De acordo com Foucault:

um dispositivo pode ser entendido como um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Assim inspirado, posso compreender dispositivo como uma rede de relações, aquilo que estabelece o nexos entre elementos heterogêneos, mecanismos estratégicos, formação e diagrama. Nas palavras de Gadelha (2009, p. 43-44), dispositivo como uma grade de análise, ou ainda uma rede de inteligibilidade e/ou como práticas heterogêneas que produzem e historicizam individualidades, isto é, organizando e subjetivando-as no tempo e no espaço.

É preciso retomar algumas considerações em torno do dispositivo da sexualidade. Para Foucault (1988, p. 101), as sociedades modernas inventaram e instalaram um novo dispositivo, o da sexualidade. Este funcionaria de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. Engendra uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle, se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome. Dessa maneira, tal dispositivo tem como razão de ser não o reproduzir, mas o proliferar, o inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.

As proposições e os trabalhos de Michel Foucault contribuem para problematizar, explorar e analisar as fontes de minha pesquisa.

Ao mesmo tempo, permitem novos caminhos para criar respostas às questões que compõem minha reflexão. As subjetividades travestis são pensadas a partir dessa analítica do sujeito, por meio dos processos históricos de invenção de si. Apesar de focalizar os depoimentos, as entrevistas e as conversas com as travestis idosas que moram no Rio de Janeiro, também poderei contribuir para que possamos compreender como se constituíram saberes, discursos, relações, dispositivos, subjetivações, afinal, como já observado, o sujeito não existe antes (e perante) da lei, do saber, dos discursos e das relações de poder. A partir das provocações de Michel Foucault, posso entender que não são os indivíduos que são expostos às experiências, eles são, de fato, constituídos através delas. Joan Scott (2009), Tania Swain (2007) e Fernando Pocahy (2011), por exemplo, operam e agenciam o sentido aqui defendido, ou seja, de que são as experiências que forjam sentidos, relações e problemáticas e não o contrário.

## Biopolítica

No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas... É a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção.

Michel Foucault

No que diz respeito às conexões entre os estudos *queer* e as proposições de Foucault, devo ainda sublinhar os dispositivos da sexualidade, as estratégias disciplinares anátomo-políticas e as preocupações/temas/questões de uma biopolítica da população. Depois das questões e reflexões de Foucault, tornou-se possível desconfiar das coerências e concordâncias entre sexo-gênero-desejo. Com as denúncias e as complexificações de tais “coerências” são esboçadas novas medidas preventivas, novas regulamentações, disciplinas, normalizações e normatividades sobre e em tomo da travestilidade, de ser ou de estar em travesti. Se inicialmente, a partir do século XIX, a atenção perpassava pelo corpo doente e em desequilíbrio do indivíduo, tratou-se, em seguida, de focalizar cada vez mais os espaços sociais e geográficos, os meios, seus elementos, seus efeitos sobre corpos e sobre organismos. Depois, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, discursos historicamente imbuídos de poderes sobre a vida e sobre os corpos (tanto individual, como coletivo) modificaram os meios e as estratégias de produzir e de garantir vidas ordenadamente desejadas, esquadrinhadas, com a tarefa de impedir a proliferação de tudo o que pudesse possibilitar outros modos de vida. Saberes, discursos e práticas que complexificam as tecnologias políticas de poder, as relações saber-poder, suas estratégias e mecanismos, transpondo, assim, os modelos disciplinares que objetivavam produzir corpos dóceis.

Como propõe Sylvio Gadelha (2009), para melhor entender a biopolítica, é necessário observar que com ela há a emergência de um novo campo e de um novo objeto de incidência do poder: a população. Novo campo e novo objeto que oferecem os chamados “problemas da população”, inclusive a conduta sexual, os quais passam a exigir saber, conhecimento, *intervenção* e políticas. Dessa maneira, essa população é tomada como problema político, policial e científico, objeto de teses médicas, de políticas públicas e sanitárias, de intervenção cotidiana e cientificamente guiada. Aos poucos, a prática de regulamentação e de controle de tudo aquilo que passa a ser designado como “fenômeno

próprios da população”, seus efeitos e seus problemas específicos, são esboçados, debatidos, propostos e, várias vezes, postos na ordem do dia.

Aceitando os desafios até agora articulados, a ideia é historicizar uma forma de governamentalidade direcionada a um segmento social específico, exatamente no momento de emergência de um modo de ser, de uma nova subjetividade, a travesti, a qual historicamente passa a se diferenciar do transformista e do homossexual. Percebo, portanto, a instituição histórica e datada de mecanismos reguladores ou, para ser mais preciso, a regulação da vida das travestis, o que pode ser identificado e explorado na imprensa, nas narrativas e memórias das travestis.

Um outro aspecto deve ser sublinhado, a centralidade da tematização da *vida*, a regulamentação e controle da vida dessa população, dos modos de vida. A questão da biopolítica permite atribuir outro sentido aos projetos, aos debates e às intervenções próprias nos modos de vida possibilitados pela e na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 60. De acordo com o filósofo francês “*os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo como um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos e suas variáveis próprias*” (FOUCAULT, 1988, p. 28). Como ressalta Vera Portocarrero, a biopolítica ajuda a evidenciar “*a incidência da entrada da noção de vida biológica no pensamento e na prática política*” (PORTOCARRERO, 2009, p.141-142).

Identifico nos projetos, debates e práticas políticas e científicas do período a configuração histórica de novos exercícios de poder e de hierarquias, exercendo-se cada vez mais sobre a vida dessa população. Mais uma vez, é Foucault quem indica que tais exercícios são “*destinados a produzir forças, a fazê-las crescer e ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las... um poder que gere a vida*” (FOUCAULT, 1988, p. 128). Dessa maneira, passa a ser necessário investir sobre a vida da população, dimensionando, aos poucos, uma gestão calculista da vida. Novos poderes começam a agenciar o campo biológico com o político. Ainda nas palavras de Portocarrero, “*o nível biológico e o histórico se ligam, de acordo com uma complexidade crescente, à medida que são desenvolvidas tecnologias modernas de poder, as quais tomam por alvo a*

*vida*” (PORTOCARRERO, 2009, p. 154). A sugestão é que com o tema e as questões da biopolítica a vida e a morte não se localizariam mais fora do campo do poder político.

Em estreita conexão com as considerações anteriormente apresentadas, uma última deve ser ressaltada em torno da biopolítica, o poder de fazer viver e a otimização de um determinado e específico estado de vida. Em estreita ligação com a assunção da vida pelo poder, temos sua majoração. A preocupação é com a vida e seu desenrolar. A biopolítica busca, em rede e agenciando saberes e discursos, como a medicina e a imprensa, a conservação e a gestão maximizadora da vida. A diferença histórica percebida em discursos e projetos não se limita, portanto, ao poder de organizar a vida, ela se expande fazendo a vida proliferar pela criação de regulamentações e de mecanismos que venham a garantir boas condições de vida e de saúde à população. No Brasil, a travestilidade como modo de vida e como modo de ser emerge na década de 1960, desde o princípio tematizada e percebida como problema, erro, desvio e abjeção.

Outra reflexão diz respeito à otimização de um determinado estado de vida. Que vida é esta que se quer encompridar? Ou melhor, que estilo de viver é esse que se apresenta como necessário e urgente? Questão que hoje não deve ser desconsiderada. Que resposta é possível esboçar? É desejado, almejado e de diversas maneiras praticado aquele modo de vida considerado sadio, dócil, não nocivo à ordem, aos bons costumes da família brasileira, enraizado em presente heterocentrado, bem localizado e de fácil identificação, útil para um futuro que se planeja seguro à espécie, que não ouse desestabilizar o sistema heterocentrado, os pressupostos binários que regulamentam os registros civis, os nossos “documentos de identidade”, os quais nos territorializam, documentos que provam e nos lembram, o tempo todo, quem somos e de onde viemos. Essa vida cisheteronormativa e essas maneiras de viver deveriam ser divulgadas e experimentadas como as corretas, as viáveis e possíveis, em estado de proliferação e de multiplicação. Ao mesmo tempo, outras maneiras não-heterocentradas de viver a vida e de morrer passaram a

ser desqualificadas, ridicularizadas, estigmatizadas, renegadas, patologizadas, transformadas em vidas abjetas, entre elas, a travesti.

Para concluir, devo articular os três eixos que compõem esse artigo. Em primeiro lugar, há inegável aproximação entre as proposições de Foucault sobre os processos de subjetivação, as relações de si para consigo, as históricas estratégias de normatização, os exercícios de poder, os modos de saber, as estratégias e meios de como nos tornamos o que somos, a emergência de novos objetos de discurso, os procedimentos de exclusão, interdição, os regimes e vontades de verdade, as desnaturalizações das identidades sexuadas, com a produção histórica, social e cultural dos masculinos e dos femininos. Concomitantemente, aprendemos a desconfiar da naturalidade e da essencialização de tudo e de todos, inclusive das identidades de gênero, não esquecendo que Foucault rejeita conceitos normativos e defende que as subjetividades são produzidas dentro de relações de poder (McLaren 2015, p. 11-12). Assim, o pensador francês contribui para problematizar os usos históricos e políticos de nomes, aparências, comportamentos, procedimentos clínicos, localizações e territorializações dos gêneros e das sexualidades. Depois das problematizações do filósofo francês, as nomeações, interpelações, categorias, noções e sentidos são complexificados e politizados em suas historicidades, como efeitos de saber-poder, de jogos de verdade e experimentações subjetivas.

Por fim, uma relação apurada com o presente pode aproximar e articular os estudos e as políticas *queer* com o pensamento de Michel Foucault. Duas passagens podem iluminar essa aproximação:

Qual o papel do intelectual na prática militante?

M.F. O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente

uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes – segundo uma organização que já tem cento e cinquenta anos – onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer! (FOUCAULT, 1979, p. 151)

Ou ainda, em *História da Sexualidade 2*,

(...) a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação, não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo... Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 1984, p. 13)

Com Foucault, o presente é conformado como campo do possível, como desencontro, como possibilidade de criação de algo novo, como ruptura das continuidades que nos mantem presos a um passado, a uma suposta identidade coerente e natural. Depois de suas proposições, o presente é ativado em sua singularidade e dispersão. Suas proposições ajudam a historicizar e desnaturalizar saberes, discursos, instituições, mecanismos, normas e normalizações, patologizações e perversões, imagens, relações e posições que inferiorizam e negativam a não-heterossexualidade e as diversas possibilidade de ser e de se inventar como sujeito! Se com ele aprendemos a identificar e denunciar privilégios, hierarquias e exercícios de poder, com ele também se tornou possível inventar uma política da diferença, outras agendas e subjetividades políticas. Afinal, como bem explicou:

(...) Não somente assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas mas, sobretudo – e é esse o ponto importante – a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades dispartadas... (FOUCAULT, 1988, p. 48).

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino Cadernos Pagu*. (11), 1998: pp. 89-98.. Uma história do gênero masculino (Nordeste-1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. *Travestis envelhecem?* 2010. 268f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO JR. José Carlos. *A Metamorfose Encarnada: Travestimento em Londrina (1970-1980)*. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas/SP.

BENEDETTI, Marcos. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e Sabres: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 143 – 172.

\_\_\_\_\_. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORBA, Rodrigo. Narrativas orais e (trans)masculinidade: (re) construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais). *Bagoas*. n. 06, 2011, p. 181-210.

\_\_\_\_\_. *Alteridades em Fricção: discurso e identidades na prevenção de DST/IDS entre travestis*. 2008. Mestrado (Interdisciplinas Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Inversões sexuais*. In: PASSOS, Izabel C. Friche (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 91-108.

CARDOZO, Fernanda. *Travestis, Violência, Homofobia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. *Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira*. *Cadernos Pagu*. (28), janeiro-junho de 2007: 65-99.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R.B. “Tá lá o corpo estendido no chão..”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2): 233-249, 2006.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R.B. “AS VÍTIMAS DO DESEJO”: Os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e Sabres: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 365-383.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHAGAS, Denise Maria Novaes Maia. *Mulheres e travestis trabalhadoras do sexo em Recife: um desafio para a política de prevenção às DST/HIV e AIDS*. 2006. Mestrado em Saúde Pública. Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães/FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

CÓRDOVA, Luiz. F. N. *Trajetórias de homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências

Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, Florianópolis.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992. FACCINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUSCAR, 2014, p. 13 – 16.

FIGARI, Carlos. @s outr@s carioc@s: interpeleções, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A Vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade, 3: o cuidado de si*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRY, Peter. *Para inglês ver*. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

- GARCIA, Marcos Roberto. *“Dragões: gênero, corpo e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda.* 2007. Doutorado (Psicologia Social). Universidade de São Paulo. São Paulo.
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.* São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- GREEN, James N; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades.* Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUSCAR, 2014.
- GREGORI, Maria Filomena. Prazer e Perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e s/m. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e Sabres: convenções e fronteiras.* Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 235-255.
- JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa. Tese (Doutorado e Ciências Sociais) IFCH, Unicamp, 2001.
- KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Ed. FioCruz, 2008.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti e transexual” no discurso científico.* São Paulo: FAPESP, Annablume, 2011.
- LOPES, Fábio Henrique. Agora, as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: teorias e práticas.* Rio de Janeiro: Metanoia, 2014, p. 157 – 180.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas.* 2/2001, 541-553.
- \_\_\_\_\_. *Um corpo estranho.* Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- \_\_\_\_\_. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo (org.). *Para uma vida não fascista.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 135-142.
- MACRAE, Edward. A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*. (11), 1998: pp. 67-75.

MCLAREN, Margareth A. *Foucault, Feminismo e Subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009a, p. 150-182.

\_\_\_\_\_. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b, p. 325 – 338.

MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. Apresentação. *Cadernos Pagu*. (28) jan.-junho de 2007, p.9-18.

MUCHAIL, Salma Tannus. A trajetória de Michel Foucault. *Extensão*. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 7-14, fev. 1992.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. v 2. Florianópolis, UFSC, 2000, p. 9-41. NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. v 2. Florianópolis, UFSC, 2000, p. 9-41.

OLIVEIRA, Neuza Maria. *Damas de Paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. PAIVA, Antônio Crístian Saraiva. Melancolia de gênero e envelhecimento homossexual: figurações da velhice no contexto da homossexualidade masculina. In: VALE, Alexandre Fleming Câmara (org.). *França e Brasil: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 87 – 116.

\_\_\_\_\_.Corpos/Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. *Bagoas*.n. 04, 2009, p. 191-208.

PARKER, Richard. *Abaixo do Equador*. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEDRO, Joana; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. V. 27, n. 54, São Paulo: ANPUH, 2007, p. 281-300.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*. v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista Antropológicas*. Ano 8, vol. 15, n. 1. Recife: Editora da UFPE, 2004.

\_\_\_\_\_. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 217-248, 2005.

PERES, Wiliam. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, Anna; RIOS, Luís; PARKER, Richard (org.). *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p. 115-128.

\_\_\_\_\_. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade dos estigmas à construção da cidadania*. 2005. Doutorado em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(2): 539-547, maio-agosto/2012.

PINO, Nádia Perez. A teoria *queer* e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007, 149-174.

PINTO, Céli. O novo feminismo nasce na ditadura. In: \_\_\_\_\_. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POCAHY, Fernando Altair. *Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento*. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, RS.

PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista por Jesús Carrillo. [online]. Disponível em [http://www.poesis.uff.br/PDF/poesis15/Poesis\\_15\\_EntrevistaBeatriz.pdf](http://www.poesis.uff.br/PDF/poesis15/Poesis_15_EntrevistaBeatriz.pdf). Acesso em 28 abril 2017.

QUINHALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a Ditadura Brasileira. In: GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 245 – 271.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. V. 7. n.º 1-2, p. 67-82, outubro/1995.

\_\_\_\_\_. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*. (11), 1998: pp. 89-98.

\_\_\_\_\_. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. O feminismo acolhe Foucault. *Labrys, estudos feministas*, v. 2014, p. s/n, 2014.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2): 185-205, 2006.

ROSA, Susel Oliveira Rosa. Mulheres versus Ditadura, Latifúndio e Misoginia na Paraíba. *Estud. Sociol.* Araraquara. V. 20, n. 39, p. 309-324, jul. dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

SARAIVA, Eduardo. Transcendendo o gênero: travestis e transexuais. In: LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar; ROCHA, Cristina Tavares da Costa; GARCIA, Olga Regina Zigelli; SENA, Tito (org.s). *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero: teorias, sexualidades, religiões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 121 – 131.

SCOTT, Joan W. *Théorie critique de l’histoire*. Paris: Fayard, 2009.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. *Projeto História* 16, São Paulo, fevereiro de 1998, PP. 297-325.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e realidade*. Porto Alegre, jul/dez. 1990, 16 (2), PP. 5-22.

SILVA, Hélio R. S. *Certas Cariocas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/RioArte, 1996.

\_\_\_\_\_. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade e gerações: idades e identidades homossexuais masculinas. In: LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar; ROCHA, Cristina Tavares da Costa; GARCIA, Olga Regina Zigelli; SENA, Tito. (org.). *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero: teorias, sexualidades, religiões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 86 – 98.

\_\_\_\_\_. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e Sabres: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 415 – 447.

SIQUEIRA, Mônica Soares. *Sou Senhora*. Um estudo antropológico sobre travestis na velhice. 2004. 156f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. *Arrasando Horrores!* Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis *das antigas*. 2009. 494f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275 – 296.

SWAIN, Tania Navarro. Entrevista. *Textos de história*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, vol. 15, n. 1.2, 2007, p. 297-312.

\_\_\_\_\_. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. L'Italia dei divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. *Cadernos Pagu*. Campinas/ UNICAMP, n. 31, p. 275-308, dez.l 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. São Paulo: Record, 1995.

VENCATO, Anna Paula. *Fervendo com as drags: corporalidade e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFSC, 2002.

WOLFF, Cristina S. *Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil*. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 95-111.